



Escola Secundária de Viriato Círculo Eleitoral de Viseu

Projecto de Recomendação

Como podemos comprovar através de vários relatórios publicados pelo Ministério da Educação e pelo Eurostat, a taxa de retenção/insucesso/abandono escolar em Portugal é muito elevada, o nível de formação académica e profissional muito baixo, quando comparado com outros países europeus.

Para este facto, contribuem não só a falta de incentivos aos estudantes, como o baixo rendimento familiar e os custos do ensino que, em Portugal, são muito elevados. No nosso país, as despesas com a educação, aumentaram cerca de 38% nos últimos 5 anos, o que corresponde a mais do dobro da inflação média. Além destes factores, há a considerar um significativo número de alunos que frequentam as escolas portuguesas contrariados e insensíveis à importância de que se reveste a formação académica, não aproveitando o investimento que o Estado faz neles ao proporcionar-lhes uma Escola Pública com condições adequadas.

Apesar de assumir uma atitude negligente, o Governo tem procurado implementar medidas tendentes a alterar este quadro: aulas de substituição, aumento da carga horária nas disciplinas bienais da área científico-tecnológica, criação de testes nacionais intermédios, entre outras. A eficácia destas medidas ainda não pode ser cabalmente verificada uma vez que algumas só entraram em vigor este ano lectivo.

Considerando o ponto 1 das conclusões do Concílio da União Europeia realizado em 23 de Fevereiro de 2005, “ (...) O objectivo estabelecido pelo Conselho Europeu de Lisboa em 23 de Março de 2000 e reafirmado no Conselho Europeu de Estocolmo em 23 de Março de 2001, de fazer da União Europeia “ a economia mais competitiva e mais dinâmica baseada em conhecimento do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável cada vez mais e melhores empregos e melhor coesão social”, podemos verificar que a U.E definiu um objectivo ambicioso, apenas concretizável, caso adoptemos medidas para um ensino de excelência, uma vez que os nossos jovens serão os futuros membros activos da nossa sociedade.

Este intento ressalta do Pacto Europeu para a Juventude, adoptado na Estratégia de Lisboa, quando estabelece medidas a adoptar no âmbito da Educação e Formação: investir em capital humano, melhorando a educação e as competências.

Como membros de plena participação na Comunidade Europeia, entendemos ser necessário proceder a medidas que promovam a competitividade e premeiem o mérito bem como o sucesso escolar. Pensamos que é imprescindível que a responsabilidade comece a ser incutida desde cedo e que as obrigações e os deveres sejam assumidas desde tenra idade. Consideramos ainda que é essencial uma optimização do ensino que passará por encaminhar os alunos para situações de aprendizagem adequadas ao seu perfil, tendo como consequência inevitável, tanto o benefício do aluno como do sistema educativo. É indesmentível que questões nacionais são também problemas europeus, decorrendo daí a necessidade de procurar soluções a nível comunitário.

Assim propomos:

1. A criação de bolsas de mérito a atribuir a partir da classificação de 14 valores (valor a partir do qual os alunos subsidiados têm acesso a uma bolsa de estudo), estabelecendo vários patamares de mérito, até ao nível máximo correspondente à média de 20 valores.
2. A criação de uma norma aplicável aos alunos que, acumulando três retenções no seu percurso escolar sem motivos justificativos e pretendendo manter-se na escola, tenham que optar por uma formação profissional qualificante.
3. A criação de um fundo, regular, para o qual contribuiriam todos os Estados membros, visando ajudar a melhorar os sistemas de ensino desses Estados membros.

Estas medidas teriam como objectivo a criação de um ensino público mais eficaz e a nosso ver mais justo, contribuindo assim para a melhor profissionalização dos activos da sociedade de amanhã, que fariam jus aos objectivos a que a União Europeia se propõe.

Escola Secundária de Viriato, 23 de Janeiro de 2008